

# Parte I

Fundamentação

# BREVE HISTÓRIA DA MODERNA PSICOLOGIA SOCIAL

---

Maria Cristina Ferreira

## INTRODUÇÃO

A psicologia social é uma disciplina relativamente recente, já que adquiriu tal *status* apenas no começo do século XX, razão pela qual alguns dos que contribuíram para a construção de seu passado ainda estão vivos e atuantes em suas respectivas áreas de investigação. Um rápido exame dessa curta história evidencia que, desde o início, essa área da psicologia social foi marcada por uma relativa falta de consenso acerca de seu objeto de estudo. Ainda assim, é possível observar que o binômio indivíduo-sociedade, isto é, o estudo das relações que os indivíduos mantêm entre si e com a sociedade ou a cultura, esteve frequentemente no centro das preocupações dos psicólogos sociais.

No entanto, a ênfase maior dada ao indivíduo ou à sociedade irá acompanhar a evolução da teorização no campo da psicologia social desde os seus primórdios, levando à caracterização de duas diferentes modalidades da disciplina: a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica. A psicologia social psicológica, segundo a definição de Gordon Allport (1954), que se tornou clássica, procura explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos do indivíduo na presença real ou imaginada de outras pessoas. Já a psicologia social sociológica, segundo Stephan e Stephan (1985), tem como foco o estudo da experiência social que o indivíduo adquire a partir de sua participação nos diferentes grupos sociais com os quais convive. Em outras palavras,

os psicólogos sociais da primeira vertente tendem a enfatizar principalmente os processos intraindividuais, enquanto os da segunda tendem a privilegiar as coletividades sociais.

A história “oficial” da psicologia social foi contada, durante muito tempo, nos capítulos dos *Handbooks of Social Psychology*, escritos por Gordon Allport e sucessivamente publicados nos anos de 1954, 1968 e 1985 com ligeiras modificações. Contudo, o trabalho de Allport tem sofrido críticas (Apfelbaum, 1992) associadas ao fato de ser uma história parcial, que ressalta apenas as raízes da psicologia social psicológica, procurando assim legitimar tão somente os pressupostos teóricos e metodológicos de parte da comunidade científica que atua no âmbito dessa modalidade de psicologia social. Publicações mais recentes (Álvaro e Garrido, 2007; Farr, 1999; Jahoda, 2007; Vala e Monteiro, 2004) têm procurado superar tais limitações ao abordar as raízes não apenas da psicologia social psicológica, mas também da psicologia social sociológica e de outras vertentes que, ao longo do tempo, foram desenvolvendo-se em outras partes do mundo, de forma independente da corrente dominante que era praticada sobretudo nos Estados Unidos.

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma revisão descritiva e cronológica dos principais eventos apontados como marcantes no desenvolvimento das diferentes modalidades nas quais se desdobra a moderna psicologia social, como forma de

contextualizar suas origens, sem ter a pretensão de esgotar o assunto. Nesse sentido, inicia-se com a abordagem dos autores que, na segunda metade do século XIX, desenvolveram reflexões sobre temas que exercerão significativa influência na construção da nova disciplina para, em seguida, tecer comentários sobre as obras que assinalaram a sua fundação. Posteriormente, discutem-se os desdobramentos que ocorreram nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, para, à guisa de conclusão, trazer algumas reflexões acerca do estado atual da psicologia social. Cumpre ressaltar que a excelente revisão histórica de ambas as vertentes da psicologia social, realizada por Álvaro e Garrido (2007), mostrou-se fundamental à elaboração do presente capítulo.

## OS PRECURSORES DA PSICOLOGIA SOCIAL

A expressão “psicologia social” foi utilizada pela primeira vez em 1908, ou seja, no início do século XX, em dois diferentes livros, razão pela qual esse ano é considerado por muitos como a data de fundação da disciplina. Porém, ao longo do século XIX, quando os limites entre a sociologia e a psicologia ainda não eram muito claros, foram publicadas várias obras nas quais o indivíduo e a sociedade já eram abordados e discutidos. Seus autores eram pensadores oriundos de vários campos do saber, como, por exemplo, a filosofia, a antropologia, a biologia, etc., já que naquela época o papel profissional do psicólogo social ainda não havia sido instituído. Entre esses, merecem destaque os estudos de Darwin e Spencer, na Inglaterra, os estudos de Wundt, na Alemanha, e os estudos de Durkheim, Tarde e Le Bon, na França.

### Os precursores da psicologia social na Inglaterra

A teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882) é considerada uma das mais poderosas e populares inovações do século

XIX, tendo exercido grande influência sobre a psicologia. Em 1859, Darwin publica a obra *Origem das espécies*, na qual desenvolve a tese da seleção natural (Boeree, 2006a). Segundo ela, na briga pelos escassos recursos da natureza, somente as espécies com maior capacidade de adaptação às variações da natureza conseguiram sobreviver e reproduzir-se. Darwin acreditava, portanto, que o ser humano constitui-se como o produto final de um processo evolucionista que envolveu todos os organismos vivos, ou seja, um animal social que desenvolveu maior capacidade de se adaptar física, social e mentalmente às mudanças ambientais e sociais. Para ele, então, haveria uma continuidade entre as espécies humanas e não humanas.

Tempos depois, Herbert Spencer (1820-1903), fundamentando-se na teoria da seleção natural, converte-se em um dos principais líderes do movimento conhecido como darwinismo social, sendo dele a expressão “sobrevivência do mais adaptado”. No livro *Princípios de psicologia*, publicado em 1870, ele aplica as ideias de Darwin sobre o desenvolvimento da espécie humana ao desenvolvimento de grupos, sociedades e culturas, enfatizando a existência de uma continuidade entre ambos (Boeree, 2006a). Seu principal argumento era o de que as nações e os grupos étnicos podiam ser classificados na escala evolucionista de acordo com o seu grau de desenvolvimento, organização, poder e capacidade de adaptação. Desse modo, os povos mais civilizados e avançados em termos culturais eram hierarquicamente superiores aos povos mais atrasados no que tange à escala evolucionista. As abordagens de Darwin e Spencer exerceram forte influência na psicologia dos instintos, praticada ao início do século XX por alguns psicólogos sociais, conforme se verá mais à frente.

### O precursor da psicologia social na Alemanha

Wilhelm Wundt (1832-1920) é o principal representante da psicologia dos povos, que

surgiu na esteira do movimento de reunificação da Alemanha e que tinha como foco o estudo dos principais atributos em comum que definiam o caráter nacional ou o pensamento coletivo do povo alemão (McGarty e Haslam, 1997). Suas ideias, entretanto, sofreram uma considerável evolução ao longo de sua carreira. Assim é que, inicialmente, ele defendia que a psicologia científica deveria ser vista como uma ciência natural que se ocupava do estudo da mente, isto é, dos processos mentais básicos (sensação, imagem e sentimentos). Para Wundt, esse tipo de investigação deveria ser conduzido por meio da introspecção, ou seja, mediante a auto-observação rigorosa e controlada do modo pelo qual esses fenômenos ocorriam (Álvaro e Garrido, 2007).

Em virtude dessas preocupações, Wundt criou em 1879, na cidade de Leipzig, o primeiro laboratório de psicologia do mundo, tendo ali realizado uma série de experimentos com o objetivo de estudar os processos mentais básicos, além de ter fundado o primeiro periódico de psicologia experimental. Tais ações levaram-no a ser considerado o fundador da psicologia experimental.

Com o passar do tempo, porém, Wundt sentiu necessidade de estudar os processos mentais mais complexos ou superiores, como a memória e o pensamento, tendo constatado que o método experimental não era adequado a tal estudo. Assim, propôs uma distinção entre a psicologia experimental, responsável pelo estudo dos processos mentais básicos, e a *Völkerpsychologie* (psicologia dos povos), dedicada ao estudo dos processos mentais superiores por meio do método histórico-comparativo. Com isso, ele estabelece uma clara distinção entre os fenômenos psicológicos mais externos, que estariam na periferia da mente, e os fenômenos mais profundos, que constituiriam a mente propriamente dita (Álvaro e Garrido, 2007).

Em sua *Völkerpsychologie*, Wundt toma a mente como um fenômeno histórico, um produto da cultura e da linguagem de um determinado povo, que não poderia ser explicada em termos individuais, mas sim em

termos coletivos. Por essa razão, detém-se no estudo da língua, da arte, dos mitos e dos costumes, como forma de compreender a mente. Em síntese, haveria uma íntima relação entre a mente humana e a cultura, entre o indivíduo e o contexto cultural no qual ele se desenvolve. Desse modo, a psicologia deveria estudar as produções mentais coletivas originadas das ações de conjuntos de indivíduos se quisesse chegar à mente humana (Farr, 1999). A psicologia dos povos de Wundt exerceu influência principalmente sobre a psicologia social sociológica, em virtude da ênfase atribuída à questão da determinação sócio-histórica do indivíduo e ao uso da metodologia não experimental.

### Os precursores da psicologia social na França

Conforme já mencionado, entre os precursores da psicologia social na França encontram-se Durkheim, Tarde e Le Bon. Emile Durkheim (1858-1917) é considerado um dos fundadores da sociologia, tendo publicado várias obras nas quais aborda a evolução da sociedade, os métodos da sociologia e a vida religiosa. No livro intitulado *Representações individuais e representações coletivas*, publicado em 1898, ele desenvolve o conceito de representações coletivas (Melo Neto, 2000), que exerceu significativa influência sobre a psicologia social europeia. Para ele, as representações coletivas (como a religião, os mitos, etc.) constituem-se em um fenômeno ao nível da sociedade e distinto das representações individuais, que estão no nível do indivíduo. Nesse sentido, postula que os sentimentos privados só se tornam sociais quando extrapolam os indivíduos e associam-se, formando uma combinação que se perpetua no tempo, transformando-se na representação de toda uma sociedade. As posições de Durkheim influenciarão sobretudo o psicólogo social Serge Moscovici, que, muitos anos depois, desenvolve a teoria das representações sociais.

Gabriel Tarde (1843-1904), na obra *As leis da imitação*, publicada em 1890, de-

fende que a vida social tem como mecanismo básico a imitação (Karpf, 1932). Desse modo, qualquer produção individual, surgida sob a forma de uma invenção ou descoberta, propaga-se na vida social por meio da imitação, uniformizando-a. Para ele, as iniciativas individuais constituem-se em uma invenção, enquanto as uniformidades da vida social associam-se à imitação, que consiste, portanto, em uma socialização da inovação individual. Avançando em suas proposições, o autor ressalta que as pessoas de *status* inferior costumam imitar as de maior *status*, que o processo de imitação começa lentamente e com o tempo se acelera e que a cultura nacional é imitada antes da estrangeira (Álvaro e Garrido, 2007). As ideias de Tarde exercerão influência no trabalho de Ross, que publicou um dos primeiros livros de psicologia social.

Em 1895, Gustav Le Bon (1814-1931) publicou o livro *Psicologia das multidões* (Melo Neto, 2000), que exerceu significativa influência nos trabalhos de vários psicólogos sociais posteriores. Nesse livro, o autor defende a tese de que as massas ou multidões constituem-se em seres psíquicos de características diferentes dos indivíduos que as compõem. Nesse sentido, quando eles se juntam às massas, perdem suas características superiores e sua autonomia, passando a ser regidos por uma alma coletiva, com características independentes das de seus membros, além de mais primitivas e inconscientes. As multidões seriam, assim, as responsáveis pelo fato de os sujeitos perderem sua individualidade e passarem a fazer parte de um todo com características totalmente distintas das partes que o compõem.

Segundo Le Bon, ao se encontrar em uma multidão, o indivíduo sufoca sua personalidade consciente e passa a ser dominado pela mente coletiva da multidão, que é capaz de levar seus membros a apresentar comportamentos unânimes, emocionais e desprovidos de racionalidade. Em outras palavras, as pessoas perdem sua capacidade de raciocínio e tornam-se altamente sugestionáveis, o que as leva a cometer atos de

barbárie que não praticariam se estivessem sozinhas.

Quando enfatiza a irracionalidade das multidões, Le Bon estabelece um vínculo entre a psicologia social e a psicopatologia, ao qual se contrapõe a psicologia social psicológica de base cognitiva, surgida nos anos de 1970 (Farr, 1999). Por outro lado, a questão da sugestão ou influência social, implícita na psicologia das multidões, posteriormente se converterá em objeto de atenção da psicologia social psicológica de base experimental. No entanto, o estudo da mente grupal e do comportamento das multidões propriamente dito, foco central da obra de Le Bon, somente será resgatado mais recentemente, por autores como Moscovici e colaboradores (McGarty e Haslam, 1997).

## A FUNDAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

No início do século XX, a psicologia social começa a adquirir o *status* de uma disciplina independente, e seu centro de gravidade começa a mudar da Europa para os Estados Unidos (Jahoda, 2007). Duas obras, publicadas no ano de 1908, irão marcar a fundação oficial da psicologia social moderna: *Uma introdução à psicologia social*, de William McDougall, e *Psicologia social: uma resenha e um livro texto*, de Edward Ross (Pepitone, 1981). Cumpre registrar, porém, que esses dois autores, embora fossem contemporâneos e tivessem usado a expressão psicologia social nos títulos de seus livros, não estavam falando do mesmo assunto.

Edward Ross (1866-1951) era um sociólogo norte-americano que, influenciado pelas obras de Tarde e de Le Bon, caracterizou a psicologia social como o estudo das uniformidades de pensamentos, crenças e ações decorrentes da interação entre os seres humanos (Pepitone, 1981). Segundo Ross, os fenômenos subjacentes a essa uniformidade são a imitação, a sugestão e o contágio, o que explicaria a rápida uniformidade verificada entre as emoções e as crenças das multidões. Embora Ross tenha especificado

algumas variáveis que interferem na sugestão (como, por exemplo, o prestígio da fonte), sua análise da vida social humana não se reverteu no desenvolvimento de um modelo teórico formal, tendo ele se limitado a organizar observações extraídas da história, da literatura e do trabalho de outros autores.

McDougall (1871-1938), por outro lado, era um psicólogo britânico que foi fortemente influenciado pelas concepções de Darwin e Spencer sobre a evolução. Sua obra gira em torno do conceito de instinto, ressaltando a importância de certas características inatas e instintivas para a vida social. Segundo ele, os instintos apresentam três componentes: a percepção, que leva o indivíduo a prestar atenção aos estímulos relevantes a seus instintos; o comportamento, responsável por levar o indivíduo a manifestar condutas destinadas a satisfazer seus instintos; e a emoção, que faz com que os instintos estejam associados a estados emocionais positivos ou negativos (Boeree, 2006b).

Propôs ainda uma classificação dos instintos em primários, de segunda ordem e pseudoinstintos (Álvaro e Garrido, 2007). Os instintos primários são em número de sete e associam-se a emoções. Entre eles, estão, por exemplo, a fuga, associada ao medo, e o combate, associado à raiva. Os instintos secundários são em número de quatro e mostram-se importantes para a vida social, como, por exemplo, o instinto gregário. Já os pseudoinstintos são em número de três e interferem nas interações entre as pessoas, como no caso da imitação, por exemplo. Os estudos de McDougall são considerados precursores das teorias motivacionais, que posteriormente se tornarão objeto de investigação de alguns psicólogos sociais (McGarty e Haslam, 1997).

No momento em que a psicologia começa a se definir como uma disciplina independente, a publicação concomitante das obras de Ross e McDougall, estando situadas uma no âmbito da psicologia e outra, no âmbito da sociologia, pode ser vista como uma evidência da separação entre a psicologia

social psicológica e a psicologia social sociológica que se avizinhava. A partir do início do século XX, ambas as correntes sofrerão grande impulso nos Estados Unidos, ainda que trilhando direções distintas. Nesse sentido, acompanharemos inicialmente a evolução da psicologia social psicológica para, em seguida, trilharmos os caminhos percorridos pela psicologia social sociológica ao longo do século XX.

## O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL PSICOLÓGICA NOS ESTADOS UNIDOS

Nas primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos assistem à ascensão do behaviorismo, segundo o qual uma psicologia verdadeiramente científica deveria estudar e explicar apenas o comportamento humano observável, sem considerar construtos mentais não observáveis, como a mente, a cognição e os sentimentos (McGarty e Haslam, 1997). Com isso, os psicólogos sociais progressivamente abandonam as explicações do comportamento social em termos de instintos, bem como o uso da introspecção, passando a adotar uma psicologia social eminentemente experimental e focada no indivíduo (Jahoda, 2007). Conseqüentemente, a divisão entre psicologia social psicológica e sociológica aprofunda-se na medida em que a psicologia passa a ser vista muito mais como uma ciência natural do que como uma ciência social (Pepitone, 1986).

Cumprir registrar, porém, que o primeiro experimento em psicologia social ocorreu ainda no século XIX, tendo sido conduzido por Tripplett em 1897 (Rodrigues, 1972). Esse experimento foi realizado com crianças que foram solicitadas a enrolar um anzol o mais rapidamente possível, sozinhas ou na presença de outras crianças que faziam a mesma tarefa. Os resultados mostraram que elas agiam muito mais rapidamente quando estavam acompanhadas do que quando estavam sozinhas, lançando assim as bases do estudo do fenômeno de facilitação social,

que ainda hoje é um dos temas de interesse da psicologia social psicológica.

Entretanto, é somente em 1924 que surge o livro-texto de psicologia social de Floyd Allport (1890-1978), considerado um dos mais famosos psicólogos sociais behavioristas da época (Pepitone, 1981). O autor contrapõe-se ao estudo da consciência coletiva ou mente grupal pela psicologia social, por acreditar não ser possível a existência de uma mente comum a várias pessoas, de modo similar ao que ocorre com um indivíduo particular. Além disso, ele considera que a psicologia social faz parte da psicologia do indivíduo e não da sociologia e, como tal, deve ocupar-se do estudo das influências do comportamento do indivíduo em outras pessoas e das reações a tais influências (Karpf, 1932).

Allport desenvolve uma série de experimentos sobre facilitação social, demonstrando que os grupos nos quais as pessoas estavam juntas, mas trabalhando individualmente, em tarefas mentais ou perceptuais, apresentavam melhor desempenho do que pessoas que estavam sozinhas realizando o mesmo tipo de tarefa. Com sua obra, ele define, portanto, os limites da psicologia social psicológica como uma disciplina objetiva e de base experimental (Jones, 1985).

Nos anos de 1920, inicia-se também o estudo das atitudes, sob a coordenação de Thurstone e colaboradores, que desenvolveram uma metodologia própria para a investigação do referido construto, tomado como um fenômeno mental (McGarty e Haslam, 1997). Esse trabalho pioneiro suscitou o desenvolvimento de várias outras técnicas para a mensuração das atitudes. Tais técnicas, aliadas à sofisticação cada vez maior do método experimental, garantirão o *status* científico da psicologia social psicológica ao longo das décadas subsequentes (Graumann, 1996).

## A Segunda Guerra Mundial

Com a escalada do nazismo na Europa e a Segunda Guerra Mundial, muitos cientistas

imigraram para os Estados Unidos. Além disso, os psicólogos sociais foram convocados a cooperar na resolução dos problemas sociais provocados pela guerra. Tais fatos influenciarão sobremaneira os novos rumos tomados pela psicologia social psicológica no período que vai da década de 1930 à década de 1950. Nesse sentido, os psicólogos europeus trarão para a psicologia norte-americana a perspectiva do gestaltismo, que substituirá o behaviorismo até então dominante. Para o gestaltismo, as propriedades perceptivas de um objeto formavam uma *gestalt*, isto é, um todo que apresentava características distintas da soma das partes que o constituem (McGarty e Haslam, 1997). Entre os psicólogos sociais europeus que, nos anos 1940, desenvolveram trabalhos influenciados pelas ideias do gestaltismo destacam-se Muzar Sherif (1906-1988), Kurt Lewin (1890-1947), Fritz Heider (1896-1988) e Solomon Asch (1907-1996).

Com o objetivo de explorar as condições e os fatores que levam à formação e à permanência das normas sociais, Sherif (1936) desenvolveu vários experimentos. Neles, uma pessoa era solicitada a fazer julgamentos de estímulos ambíguos (o quanto uma luz em um quarto escuro se movia, quando na realidade estava parada), individualmente ou na presença de outras pessoas. Observou-se que a pessoa, ao tomar conhecimento dos julgamentos feitos pelos demais (norma social), antes ou depois do próprio julgamento, tendia a convergir para a norma do grupo e a desconsiderar a própria norma.

Lewin era um psicólogo judeu que imigrou para os Estados Unidos em 1933 e, juntamente com seus colaboradores (Lewin, Lippitt e White, 1939), desenvolveu pesquisas sobre o clima grupal, nas quais estudou experimentalmente, em grupos reais, a influência dos estilos de liderança no comportamento do grupo. Os resultados levaram-no a concluir que o papel do líder era central para o funcionamento do grupo, já que diferentes estilos de liderança provocavam níveis distintos de produtividade e agressão. Lewin (1943) também propôs a teoria de campo, na qual o grupo era visto como um

campo de forças que tinha primazia sobre suas partes, isto é, sobre seus membros. Ele inaugurou ainda um programa a que denominou de pesquisa-ação, cujo objetivo era avaliar o comportamento dos membros de grupos da comunidade e colaborar com sua mudança de atitudes e comportamentos.

Em contraste com a posição de Allport e de outros psicólogos sociais experimentais, para quem o grupo representava tão somente uma variável externa que exercia influência sobre os indivíduos que dele participavam, a concepção de Lewin de que o grupo tem uma dinâmica própria, não redutível à soma das partes que o compõem, soou como bastante original e teve grande impacto nas discussões teóricas travadas na época (Pepitone, 1981). Seus engenhosos experimentos trouxeram a realidade social para dentro do laboratório e converteram-se em um modelo paradigmático de pesquisas sobre processos e estruturas grupais que eram ao mesmo tempo empíricas e teóricas (Smith, 1961).

Os trabalhos seminais de Heider (1944, 1946, 1958) lançaram as bases conceituais de duas linhas de pesquisa que dominarão as décadas subsequentes. Nas publicações de 1944 e 1958, ele estabelece os fundamentos das teorias de atribuição, ao defender a ideia de que, em suas relações interpessoais, o indivíduo percebe o outro e suas ações como um todo organizado e, por essa razão, tende a procurar as causas do comportamento do outro, como forma de tornar o mundo social mais organizado, estável e previsível. Para tanto, utiliza-se de fatores pessoais, internos (capacidade, esforço, etc.) ou de fatores impessoais, externos (sorte, situação, etc.). Já no artigo de 1946, Heider constrói os pilares das teorias da consistência cognitiva ao propor o princípio do equilíbrio cognitivo, segundo o qual as pessoas tendem a manter sentimentos e cognições coerentes sobre um mesmo objeto ou pessoa, de modo a obter uma situação de equilíbrio. Quando esse equilíbrio se desfaz, elas vivenciam uma situação de tensão e procuram restabelecê-lo mediante a mudança de algum dos elementos da situação.

Asch (1946) coloca-se contra a posição adotada pelos psicólogos sociais adeptos do behaviorismo, procurando aplicar os princípios gestaltistas no campo da percepção de pessoas, que até hoje consiste em uma das áreas centrais de estudo da psicologia social psicológica. Segundo ele, ao formarmos uma impressão sobre uma pessoa, construímos um todo organizado sobre ela, uma impressão que difere do somatório de todas as suas características pessoais. Os trabalhos de Sherif, Lewin, Heider e Asch exerceram forte influência sobre toda uma geração de seguidores que fizeram a história da psicologia social psicológica nas décadas subsequentes.

## O período do pós-guerra

O período do pós-guerra constituiu-se em uma fase de intensa produção pelos psicólogos sociais da época, estimulada pela continuação dos esforços de cooperação empreendidos durante a guerra e pela constatação por parte das entidades militares e governamentais de que as ciências sociais e comportamentais estavam preparadas para colaborar no gerenciamento dos complexos problemas humanos daquele período. Desse modo, nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, a psicologia social psicológica converte-se em um campo científico produtivo, com bases solidamente estabelecidas, e torna-se responsável por uma série de pesquisas inovadoras, talentosas e cada vez mais sofisticadas do ponto de vista metodológico, as quais desencadearão o surgimento de novas direções de pesquisa e teorização (Jackson, 1988).

Com o intuito de melhor compreender as razões que levaram pessoas aparentemente normais e civilizadas a cometer horrores contra outros seres humanos durante a guerra, Theodor Adorno (1903-1969) dedica-se ao estudo dos tipos de personalidade. Ele pertencia à Escola de Frankfurt – nome utilizado para designar o Instituto de Pesquisa que funcionava na Universidade de Frankfurt – e, a exemplo de outros emi-

nentes psicólogos já citados, também imigrou para os Estados Unidos durante a guerra. Logo após o término do conflito, irá publicar, juntamente com outros membros de sua equipe (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford, 1950), a obra *A personalidade autoritária*, na qual defende a tese de que o preconceito contra as minorias sociais em geral (bem como o antissemitismo, em particular) está associado a um tipo de personalidade autoritária, caracterizado por traços de rigidez de opiniões, adesão a valores convencionais e intolerância.

Outra consequência do período do pós-guerra foi o ressurgimento do interesse pela pesquisa sobre atitudes. Enquanto na primeira fase da pesquisa sobre o tema o foco era a mensuração das atitudes, conforme já apontado, nessa nova fase os psicólogos sociais se concentrarão na investigação experimental da mudança de atitudes.

Tais estudos iniciaram-se ainda nos tempos de guerra, sob a liderança de Carl Hovland (1912-1961), com o objetivo de verificar os efeitos de filmes bélicos e de programas de treinamento do exército norte-americano sobre as atitudes dos soldados. Terminada a guerra, Hovland e colaboradores (Hovland, Jonis e Kelley, 1953) desenvolveram um extenso programa de pesquisas experimentais sobre comunicação e persuasão, com o intuito de elucidar as influências das características do comunicador (como, por exemplo, seu prestígio, seu grau de credibilidade, etc.), da mensagem (como, por exemplo, seu conteúdo) e da audiência (como, por exemplo, suas características de personalidade) na mudança de atitudes. Esses estudos fizeram com que as atitudes tivessem um papel central na psicologia social psicológica durante os anos de 1960, tendo ocupado maior espaço do que qualquer outro tópico nos livros-texto da época (McGuire, 1968). Contudo, nos anos de 1970, esse interesse entrou em declínio com a consequente ascensão do cognitivismo.

Uma terceira consequência do pós-guerra foi o impulso que as investigações sobre grupos receberam, especialmente pe-

las mãos de Solomon Asch (1907-1996), que anteriormente havia realizado estudos sobre a formação de impressões, e Leon Festinger (1919-1989). Tais pesquisas constituíram as bases da teorização sobre influência social e processos intragrupais, temas presentes na maior parte dos modernos manuais de psicologia social psicológica.

Na sequência dos estudos iniciados por Sherif nos anos de 1930, Asch (1952) dedicou-se a pesquisas sobre a influência social, procurando avaliar a influência da pressão do grupo sobre o julgamento dos indivíduos. Em contraste com os experimentos de Sherif, nos quais os estímulos eram ambíguos, ele usou estímulos sem nenhuma ambiguidade (comparação de linhas de variados tamanhos com uma linha de tamanho padrão). Ainda assim, seus experimentos demonstraram que, quando uma pessoa tem certeza de que seu julgamento está correto, mas é confrontada com uma maioria que fez um julgamento errado, ela tende a se conformar com essa maioria e mudar seu julgamento, seja porque realmente passa a acreditar que estava enganada em seu julgamento e que a maioria é que estava correta, seja porque tem necessidade de ser aceita pelo grupo.

Os estudos de Asch sobre conformidade suscitaram uma série de desdobramentos posteriores, relacionados à investigação dos diferentes fatores que influenciavam tal fenômeno, além de inspirar os experimentos clássicos de Milgram (1965) sobre obediência à autoridade. Em tais experimentos, o autor demonstra que os indivíduos sentem-se tão submissos à autoridade do experimentador que, atendendo às suas instruções, são capazes de ministrar choques cada vez mais fortes em uma determinada pessoa (por causa de erros que ela vai simulando cometer durante o desempenho de uma tarefa), apesar de ela demonstrar que está sentindo dores cada vez piores.

Festinger (1954) recebeu influências de Lewin, tendo publicado uma das primeiras teorias formais em psicologia social – a teoria da comparação social –, com base nos resul-

tados de uma série de experimentos destinados a testar hipóteses sobre as pressões para a uniformidade que ocorrem nos grupos. De acordo com essa teoria, as pessoas, quando não têm um padrão objetivo de comparação, sentem necessidade de se comparar com os demais membros de seu grupo e confirmar que eles têm crenças e habilidades semelhantes às suas, o que as faz se sentirem mais seguras. Quando, por outro lado, surge um membro com opinião divergente, o grupo faz pressão para que ele mude essa opinião e conforme-se às regras grupais e, caso isso não aconteça, rejeita-o, levando esse membro a escolher outros grupos de comparação. A teoria de Festinger foi submetida a inúmeros desdobramentos, especialmente por Shachter (1959), que desenvolveu uma série de experimentos sobre a necessidade de comparação de experiências emocionais.

No final dos anos de 1950 e ao longo dos anos de 1960 e 1970, as pesquisas sobre mudança de atitudes e sobre processos grupais foram progressivamente sendo substituídas pelas teorias de base cognitiva. Nesse sentido, as teorias da consistência dominaram a década de 1960, sob a influência do princípio do equilíbrio cognitivo de Heider (1946). Entre elas, merece destaque a teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1919-1989), que antes já havia desenvolvido a teoria da comparação social.

De acordo com Festinger (1957), as pessoas tendem a buscar a harmonia ou a congruência entre suas crenças e atitudes. Desse modo, quando são induzidas a emitir atitudes contrárias às suas crenças, entram em dissonância cognitiva, o que lhes causa desconforto e as leva a mudar suas crenças ou atitudes, de modo a alcançar novamente a congruência. Assim, por exemplo, se uma pessoa fuma e sabe que isso é prejudicial à saúde, ela poderá resolver essa dissonância parando de fumar (mudança de atitude) ou buscando informações de que fumar não é prejudicial à saúde (mudança de crenças).

A teoria da dissonância suscitou, nas décadas seguintes, um volume considerável de pesquisas experimentais rigorosas,

destinadas a testar seus pressupostos sobre as inconsistências, contradições, tensões ou perturbações da harmonia cognitiva que movem o comportamento social, bem como sobre os diferentes fatores que interfeririam na redução ou não da dissonância. Apesar de ter sido também alvo de críticas, ela foi a principal responsável pelo desenvolvimento da psicologia social psicológica nas décadas seguintes (Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2000).

À medida que o interesse pelas teorias da dissonância e do equilíbrio decaía, a pesquisa sobre as teorias da atribuição aumentava, tendo marcado os anos de 1970 e 1980. Essas teorias desenvolveram-se a partir dos trabalhos de Heider (1944, 1958) sobre as relações interpessoais e têm como principal objetivo a investigação acerca do modo pelo qual as pessoas inferem causas sobre o próprio comportamento e sobre o comportamento das outras pessoas, isto é, o que as leva a concluir que o responsável pelo comportamento é o próprio indivíduo ou a situação. Tais preocupações foram intensamente exploradas nas obras de Jones e Davis (1965), Kelley (1967), Ross (1977) e Weiner (1986), sendo as responsáveis pelo fato de, ainda hoje, as teorias atribucionais constituírem-se em importante campo de estudo e pesquisa da psicologia social psicológica.

As teorias da atribuição representam também a consolidação definitiva do cognitivismo, que se tornou, a partir dos anos de 1980, a perspectiva dominante na psicologia social psicológica atual. Tal abordagem focaliza-se na compreensão da cognição social, isto é, do processamento da informação social, baseado no pressuposto de que o comportamento social pode ser explicado por meio dos processos cognitivos a ele subjacentes (Fiske e Taylor, 1984). Ela se volta para o estudo da categorização dos objetos sociais, ou seja, para a análise das estratégias que as pessoas utilizam para formar impressões, crenças ou cognições sobre os estímulos sociais que as rodeiam (o próprio indivíduo, bem como outras pessoas, grupos

e eventos sociais), e do modo pelo qual tais categorias afetam seu comportamento.

## A crise da psicologia social

O período que vai do pós-guerra aos anos de 1970 é visto por alguns autores (Apfelbaum, 1992) como a era de ouro da psicologia social, em função da grande evolução observada na construção e na verificação de teorias, assim como na elaboração de procedimentos metodológicos e estatísticos cada vez mais sofisticados. Com o passar do tempo, porém, o modelo de pesquisa-ação orientado para a comunidade e para o estudo dos grupos, introduzido por Lewin ainda nos anos de 1930, foi sendo paulatinamente abandonado e substituído pela investigação de fenômenos e processos eminentemente intraindividuais, de natureza cognitiva.

Tendo como meta última a investigação das leis universais capazes de explicar o comportamento social, a psicologia social psicológica estrutura-se progressivamente como uma ciência natural e empírica, que desconsidera o papel que as estruturas sociais e os sistemas culturais exercem sobre os indivíduos (Pepitone, 1981). É nesse contexto que a década de 1970 assistirá ao surgimento da chamada “crise da psicologia social”, que marcará em definitivo os novos rumos tomados pela psicologia social psicológica a partir de então.

A crise da psicologia social ou “era das dúvidas” surgiu, portanto, em consequência da excessiva individualização da psicologia social psicológica e dos movimentos sociais ocorridos nos anos de 1970 (como o feminismo, por exemplo), tendo se caracterizado pelo questionamento das bases conceituais e metodológicas da psicologia social psicológica até então dominante, no que tange à sua validade, relevância e capacidade de generalização (Apfelbaum, 1992). Os questionamentos voltam-se principalmente à sua relevância social, isto é, ao fato de essa vertente da psicologia social usar uma linguagem científica cada vez mais neutra e afastada dos problemas sociais reais e,

consequentemente, desenvolver modelos e teorias que não são capazes de contribuir para a explicação da nova realidade social que surgia. Além disso, criticava-se a artificialidade dos experimentos conduzidos em laboratório, a falta de compromisso ético de seus mentores e a excessiva fragmentação dos modelos teóricos (Jones, 1985).

Tais críticas suscitaram grande resistência da comunidade científica estabelecida à época. No entanto, contribuíram para o movimento de internacionalização da psicologia social, responsável pelo desenvolvimento de uma psicologia social europeia, mais preocupada com o contexto social, e, mais recentemente, de uma psicologia latino-americana.

## O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL SOCIOLOGICA NOS ESTADOS UNIDOS

Durante o século XIX, as questões psicossociais estiveram entre as preocupações de filósofos, sociólogos e psicólogos europeus e norte-americanos. No início do século XX, porém, os sociólogos sentiram a necessidade de se diferenciar dos psicólogos sociais que, no contexto da psicologia, passaram a adotar o behaviorismo como paradigma e a praticar uma psicologia social psicológica que aos poucos se tornava cada vez mais individualista. Surge então a psicologia social sociológica, cuja principal vertente é o interacionismo simbólico e que tem, nas figuras de Charles Cooley (1864-1929) e George Mead (1863-1931) seus mais notáveis precursores.

## Os precursores da psicologia social sociológica

Cooley era um sociólogo que recebeu influências de Spencer, tendo defendido uma concepção evolucionista da mente e da sociedade. Em sua obra *Natureza humana e*

*ordem social*, datada de 1902, ele ressaltou a influência do ambiente social na configuração da natureza humana e, consequentemente, da natureza da identidade ou *self* (Álvaro e Garrido, 2007).

Ao explicar a formação da identidade, Cooley usa a expressão “eu refletido no espelho” para designar o fato de que tal formação está eminentemente associada ao modo pelo qual a pessoa imagina que aparece diante das outras pessoas, assim como ao modo pelo qual ela imagina que as outras pessoas reagem a ela e aos sentimentos daí decorrentes, que podem ser de orgulho ou de decepção. Em outras palavras, segundo o autor, o indivíduo, ao interagir com as outras pessoas, torna-se consciente da imagem e dos sentimentos que essas outras pessoas nutrem por ele, isto é, elas atuam como um espelho no qual o indivíduo se vê.

Para Cooley, o desenvolvimento da identidade ocorre no contexto da interação com os outros e por meio do uso da linguagem e da comunicação. Tais formulações serviram de base a desenvolvimentos posteriores, tendo influenciado Mead, que também adota a expressão “eu refletido no espelho” ao discorrer sobre a identidade.

Mead era um filósofo norte-americano que estudou por algum tempo com Wundt em Leipzig, o que teve grande influência em sua obra. Posteriormente, ele passou a dar aulas de filosofia em Michigan, onde conviveu com Cooley, que na época estava escrevendo sua tese de doutorado, e depois em Chicago, onde permaneceu até a sua morte. Suas aulas de psicologia social foram posteriormente compiladas no livro *A mente, o eu e a sociedade: do ponto de vista de um behaviorista social*, publicado após a sua morte, em 1934 (Farr, 1999).

A linguagem desempenha um papel fundamental no pensamento de Mead, a ponto de ele considerar o ato comunicativo como a unidade básica de análise da psicologia social. Segundo ele, a linguagem é um fenômeno inerentemente social e, consequentemente, as atitudes e os gestos só adquirem significado por meio da interação simbólica. É, portanto, no contexto das rela-

ções sociais que a comunicação e a expressão tornam-se possíveis, bem como a possibilidade de uma pessoa prever a reação do outro a seus atos, isto é, de assumir o papel do outro (Jahoda, 2007).

Analisando a emergência desse processo na infância, Mead enfatiza a importância dos jogos infantis, em virtude de eles permitirem à criança assumir o papel dos outros (outro significativo) ou dos membros da sociedade em que vive (eu generalizado). Com isso, ela passa a ter consciência de si mesma, formando assim a sua própria identidade, que reflete a internalização das normas e dos papéis presentes em sua comunidade (Álvaro e Garrido, 2007).

Em síntese, para Mead, o indivíduo é produto do desenvolvimento das pessoas em sociedade e estrutura-se por meio do processo de interação simbólica, que leva as pessoas a tomarem consciência de si próprias, mediante a perspectiva dos demais membros de seu grupo social. Ele situa, portanto, a formação da identidade no campo das relações interpessoais, da organização social e da cultura ao postular que o sujeito apropria-se do conjunto de padrões comuns a diferentes grupos socioculturais para desenvolver seu próprio eu (Stephan e Stephan, 1985).

Mead é considerado um behaviorista social, porque, ainda que defendesse o estudo do comportamento observável, considerava que este era apenas um meio para se chegar à experiência interna do indivíduo (Álvaro e Garrido, 2007). Suas proposições, apesar de terem recebido várias críticas, exerceram forte influência no desenvolvimento da psicologia social sociológica, tendo dado origem a duas diferentes correntes teóricas: a escola de Chicago e a escola de Iowa.

## A Escola de Chicago

Durante os anos de 1930 e 1940, as ideias de Mead não tiveram grande impacto. Caberá, porém, a Herbert Blumer (1900-1987), em Chicago, nos anos de 1950, e a Manford

Kuhn (1911-1963), em Iowa, nos de 1960, reacenderem o interesse pela temática. Blumer era um sociólogo que, após a morte de Mead, assumiu seu curso anual de aulas de psicologia social, tendo cunhado de interacionismo simbólico a posição defendida por Mead. Segundo ele, o uso da expressão derivou-se da ênfase na compreensão do modo pelo qual as pessoas interagem com as outras usando símbolos. Desse modo, o interacionismo simbólico pode ser visto como uma forma sociológica de psicologia social iniciada em Chicago por Blumer, a partir de sua interpretação da obra de Mead.

Segundo Blumer (1969), os principais pressupostos do interacionismo simbólico são os seguintes: a pessoa interpreta o mundo para si própria, atribuindo-lhe significado; o comportamento não é uma reação automática a um dado estímulo, mas sim uma construção criativa derivada da interpretação da situação e das pessoas que nela se encontram; a conduta humana é imprevisível porque os significados e as ações dependem de cada situação, enquanto a interpretação das situações e a construção do comportamento são processos que ocorrem durante a interação social.

A escola de Chicago costuma ser identificada com a abordagem qualitativa de pesquisa, talvez porque Blumer fosse da opinião que o estudo do comportamento humano deveria ser conduzido por meio de métodos próprios que, em vez de impor estruturas ao indivíduo, fossem capazes de captar as realidades subjetivas construídas em cada situação (Stephan e Stephan, 1985). Na realidade, porém, a escola de Chicago primou pelo ecletismo metodológico, tendo usado abordagens quantitativas e qualitativas na tentativa de estudar cientificamente a realidade social e resolver os problemas sociais que a cidade de Chicago enfrentou nos anos de 1930 e 1940, tais como o aumento da imigração, da criminalidade e da violência (Álvaro e Garrido, 2007).

A esse respeito, vale destacar a pesquisa realizada por Thomas e Znaniecki (1918), com o objetivo de analisar as atitudes de imigrantes poloneses, na qual uti-

lizaram a análise de documentos, cartas e histórias de vida para traçar um perfil da situação social desses imigrantes, segundo a sua própria perspectiva (Álvaro e Garrido, 2007). Em contrapartida, Bogardus (1925), outro membro da escola de Chicago, desenvolveu a primeira escala para a medida de atitudes, numa evidência de que ambos os tipos de metodologia ali conviviam (Álvaro e Garrido, 2007).

### **A Escola de Iowa e a psicologia social sociológica na atualidade**

Conforme já mencionado, Kuhn (1964) é um dos principais representantes da escola de Iowa, responsável pela continuidade do interacionismo simbólico ao longo dos anos de 1960. Ele, no entanto, distancia-se mais das ideias de Mead do que a escola de Chicago. Nesse sentido, defendia a utilização dos mesmos métodos de pesquisa das ciências naturais, tendo testado algumas das proposições de Mead e abandonado outras, por considerá-las não passíveis de serem submetidas à verificação empírica.

Além disso, ele postulava que o *self* e a sociedade dependiam da estrutura social. Desse modo, afirmava que as expectativas da sociedade a respeito do desempenho de determinados papéis limitavam as interações sociais ao exercer influência sobre as concepções que as pessoas desenvolviam acerca de si próprias e dos outros, sobre as definições das situações e sobre os significados que as pessoas construíam. Kuhn (1964) destaca, porém, o papel ativo do indivíduo nesse processo, na medida em que é ele quem escolhe os papéis a desempenhar, podendo também modificá-los.

Orientados predominantemente pela perspectiva do interacionismo simbólico, e usando primordialmente a observação participante como método, aliada ao uso de entrevistas, os psicólogos sociais adeptos da corrente sociológica prosseguiram, nos anos subsequentes, investigando temas como a interação face a face, os processos de socialização, a formação e o desenvolvimento da

identidade, o comportamento desviante e o comportamento coletivo.

Novos desdobramentos teóricos também foram surgindo com o tempo, entre os quais podem ser citadas a escola dramaturgica de Goffman (1985) e a teoria da identidade de Stryker (1980). Goffman deteve-se na análise da interação face a face, considerando seus participantes como atores que podem ser mais ou menos eficazes no desempenho de seus papéis. Stryker, por sua vez, propõe que a identidade apresenta múltiplos componentes, os quais se encontram associados aos diferentes papéis desempenhados pelo indivíduo, sendo que alguns componentes são mais salientes e, por essa razão, mais evocados nas situações. Esses desdobramentos contribuíram para a revitalização da psicologia social sociológica que, durante certo tempo, permaneceu à margem da psicologia social psicológica, dominante no cenário acadêmico da psicologia.

## O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL NA EUROPA

No ano de 1964, quando a psicologia social psicológica já estava firmemente estabelecida nos Estados Unidos, foi criado no país um Comitê Transnacional, sob o patrocínio do Social Science Research Council, com o objetivo de promover a internacionalização da psicologia social (Moscovici e Marková, 2006). Em sua formação inicial, o comitê era composto por seis psicólogos norte-americanos e dois europeus, sob a presidência de Leon Festinger. Suas primeiras iniciativas foram no sentido de fomentar o desenvolvimento da psicologia social na Europa, razão pela qual promoveu a realização de vários encontros científicos e treinamentos para os psicólogos sociais europeus, nos quais os conhecimentos por eles produzidos começaram a ser divulgados. O Comitê Transnacional exerceu também um papel ativo na construção e na consolidação da Associação Europeia de Psicologia Experimental.

Nos anos de 1960, em vários países europeus, os psicólogos já realizavam pesquisas psicossociais, mas foi ao final da década que começaram a ser realizados esforços mais sistemáticos, não apenas por parte do Comitê Transnacional, mas também por parte de outras iniciativas mais isoladas, dirigidas à integração dos psicólogos sociais europeus em uma comunidade científica atuante. Assim é que, desde os anos de 1970, a psicologia social europeia vem crescendo progressivamente em tamanho e influência.

Apesar de ela ter caminhado inicialmente lado a lado com a psicologia social psicológica, começou rapidamente a adquirir sua própria identidade e a demonstrar maior preocupação com a estrutura social. Nesse sentido, os temas de estudo mais frequentes entre os psicólogos sociais europeus são as relações intergrupais, a identidade social e a influência social, que remetem a uma psicologia dos grupos (Graumann, 1996). Entre os principais representantes dessa moderna psicologia social europeia, destacam-se Henri Tajfel (1919-1982) e Serge Moscovici.

Tajfel (1981) procurou enfatizar a dimensão social do comportamento individual e grupal, postulando que o indivíduo é moldado pela sociedade e pela cultura. Apoiando-se em tal perspectiva, desenvolveu a teoria da identidade social, por meio da qual defende que as relações intergrupais estão intimamente relacionadas a processos de identificação grupal e de comparação social.

Moscovici (1976), retomando os estudos sobre influência social, que até então se preocupavam exclusivamente com os efeitos da maioria dos membros do grupo, isto é, com as pressões para a conformidade, introduz na área o conceito de influência das minorias, tendo realizado investigações com o intuito de averiguar a inovação e a mudança social introduzida por essas minorias. Outro campo de estudos a que ele se dedicou (Moscovici, 1981) foi o das representações sociais, derivado do conceito de representações coletivas de Durkheim e caracterizado como modos de compreensão da realidade

compartilhados por diferentes grupos sociais. A teoria das representações sociais foi amplamente difundida nas décadas seguintes, inclusive no Brasil, caracterizando-se hoje como uma das principais tendências da psicologia social europeia.

## O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A psicologia social praticada na América Latina, até a década de 1970, esteve fortemente influenciada pelo paradigma da psicologia social psicológica de natureza experimental, dominante à época nos Estados Unidos. Ao final dos anos de 1960, de modo similar ao que já havia ocorrido na Europa, o Comitê Transnacional, fundado com o objetivo de promover a internacionalização da psicologia social, procurou também atuar na América Latina (Moscovici e Marková, 2006). Nesse sentido, três de seus membros mantiveram contatos com vários psicólogos sociais latino-americanos e, em seguida, o Comitê Transnacional estimulou a criação de um comitê local, além de patrocinar alguns encontros com esse grupo e um primeiro treinamento para os psicólogos sociais latino-americanos, no qual foi amplamente discutida a necessidade de a psicologia social estar mais diretamente vinculada aos problemas sociais da América Latina.

Alguns dos psicólogos desse comitê local fundam, em 1973, a Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), que nos anos seguintes continuará a fomentar o desenvolvimento de atividades na área da psicologia social. Contudo, os problemas políticos que muitos dos países latino-americanos vivenciaram naquele período, aliados a dissidências entre os membros do comitê local, acabaram por inviabilizar a continuação da ação do Comitê Transnacional em prol da internacionalização da psicologia social psicológica na América Latina.

Ao final da década de 1970, porém, muitos dos psicólogos sociais latino-americanos iniciam um forte movimento de ques-

tionamento à psicologia social psicológica norte-americana, marcada pelo experimentalismo e pelo individualismo, em prol de uma psicologia social mais contextualizada, isto é, mais voltada para os problemas políticos e sociais que a região vinha enfrentando. Estimulados pela arbitrariedade dos regimes militares e pela grande desigualdade social do continente, esses psicólogos sociais defendem uma ruptura radical com a psicologia social tradicional (Spink e Spink, 2005).

Então, passam a praticar o que tem sido designado como psicologia social crítica (Álvaro e Garrido, 2007) ou psicologia social histórico-crítica (Mancebo e Jacó-Vilela, 2004), expressões que abarcam, na realidade, diferentes posturas teóricas, como, por exemplo, o socioconstrucionismo (Gergen, 1997), a análise do discurso (Potter e Wetherell, 1987) e a psicologia marxista, entre outras. Em que pesem as diferenças observadas entre essas correntes, a psicologia social crítica, *grosso modo*, caracteriza-se por romper com o modelo neopositivista de ciência e, em consequência, com seus postulados sobre a necessidade de o conhecimento científico apoiar-se na verificação empírica de relações causais entre fenômenos. Em contraposição a tal modelo, defende o caráter relacional da linguagem e a importância das práticas discursivas para a compreensão da vida social (Álvaro e Garrido, 2007).

Na esteira da psicologia social crítica, irão surgir, na América Latina, diversos manuais de psicologia social organizados segundo tal perspectiva crítica (como, por exemplo, Aguilar e Reid, 2007; Cordero, Dobles e Pérez, 1996; Montero, 1991), bem como algumas associações de psicologia social que se contrapõem à ALAPSO, como é o caso, por exemplo, da Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO). Um autor frequentemente citado como legítimo representante dessa nova perspectiva na psicologia social latino-americana é Martín-Baró (1942-1989), psicólogo e padre jesuíta espanhol, radicado em El Salvador, que defendeu em suas obras o desenvolvimento

de uma psicologia social comprometida com a realidade social latino-americana. Para ele (1989), a construção teórica em psicologia social deve emergir dos problemas e conflitos vivenciados pelo povo latino-americano, de forma contextualizada com sua história.

No Brasil, as primeiras publicações com foco na análise de questões psicossociais começaram a surgir na década de 1930 (Bomfim, 2003). Contudo, a institucionalização da psicologia social ocorre apenas em 1962, quando o Conselho Federal de Psicologia, por meio do Parecer nº 403/62, criou o currículo mínimo para os cursos de psicologia, estabelecendo, assim, a obrigatoriedade do ensino da psicologia social.

A partir de então, e até os anos de 1970, a psicologia social psicológica norte-americana foi a dominante, tal como ocorreu no restante da América Latina. Uma das obras adotadas nos cursos de psicologia social durante esse período, que expressa tal tendência, é o livro *Psicologia social*, de Aroldo Rodrigues, publicado pela primeira vez em 1972. Seu autor também foi o responsável pelo desenvolvimento de uma profícua linha de pesquisa em psicologia social psicológica no país, a qual foi divulgada em uma série de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros ao longo dos anos de 1970 e 1980.

A partir do final da década de 1970, os psicólogos sociais brasileiros também participam ativamente do movimento de ruptura com a psicologia social tradicional ocorrido na América Latina. Assim, a partir da publicação, em 1984, do livro organizado por Silvia Lane e Vanderley Codo, intitulado *Psicologia social: o homem em movimento*, sucederam-se vários outros manuais brasileiros de psicologia social (Campos e Guareschi, 2000; Jacques et al., 1998; Lane e Sawaiá, 1994; Mancebo e Jacó-Vilela, 2004) na perspectiva da psicologia crítica.

Outra importante contribuição a tal movimento foi a fundação, em 1980, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), estabelecida com o propósito de redefinir o campo da psicologia social e contribuir para a construção de um referen-

cial teórico orientado pela concepção de que o ser humano constitui-se em um produto histórico-social, de que indivíduo e sociedade implicam-se mutuamente (Jacques et al., 1998).

No que tange à breve história da psicologia social brasileira, cabe registrar, por fim, o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu* no país a partir da década de 1980. Esses cursos exerceram importante papel na estruturação de diferentes linhas de pesquisa na área de psicologia social, orientadas por paradigmas e tendências diversificadas, bem como no incremento da produção científica brasileira em psicologia social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos eventos que marcaram a história da psicologia social contemporânea revela que, no século XIX, as reflexões sobre o indivíduo e a sociedade desenvolveram-se no contexto da psicologia e da sociologia, sem que houvesse a preocupação com o estabelecimento de limites sobre a natureza do conhecimento psicossocial. No início do século XX, ocorre uma nítida separação entre esses dois campos do conhecimento, com a subdivisão da psicologia social, que se situava na interface dos dois, em psicologia social psicológica e psicologia social sociológica, que passam a ter suas próprias questões centrais, suas teorias e seus métodos (House, 1977).

No contexto da psicologia social psicológica que se desenvolveu a partir de então, o indivíduo sempre esteve no centro das principais perspectivas teóricas e dos temas de pesquisa. Desse modo, as teorias e os programas de pesquisa que lidavam com os fenômenos grupais ou coletivos, trabalhando com conceitos relacionais, acabaram por sofrer uma solução de descontinuidade e tiveram pouco impacto na área. Tal tendência individuocêntrica amparou-se na concepção da psicologia como uma ciência natural empírica e, com o passar do tempo, revelou-se incapaz por si só de explicar o compor-

tamento social em todas as suas nuances (Pepitone, 1981).

Ainda assim, durante muito tempo, os livros de psicologia social adotados nos cursos de psicologia abordavam, em sua maioria, apenas a psicologia social psicológica, o que fez com que a psicologia social sociológica tenha permanecido, ao longo de várias décadas, com menos peso do que a psicologia social psicológica no âmbito da psicologia (Jackson, 1988). Entretanto, a crise por que passou a psicologia social psicológica nos anos de 1970 contribuiu para modificar substancialmente esse quadro.

Devido a isso, a psicologia social psicológica, sem abandonar os temas tradicionalmente estudados, passou por uma correção de rumos e prosseguiu na expansão de seu corpo de conhecimentos. Paralelamente, foram surgindo novos olhares sobre antigos tópicos (como, por exemplo, no caso do estudo da identidade e das relações intergrupais), novos tópicos de estudo (como, por exemplo, a análise das influências da cultura sobre o comportamento social, pela psicologia transcultural) e um maior esforço de aplicação dos conhecimentos sociopsicológicos na resolução dos problemas sociais (Jackson, 1988).

Acrescente-se a isso o fato de que a psicologia social sociológica ressurgiu com nova força, levando um número cada vez maior de psicólogos sociais a recorrer ao interacionismo simbólico e a outros modelos psicossociológicos como estrutura de referência teórica de suas pesquisas. Além disso, novos e diversificados paradigmas teóricos e metodológicos, que têm como traço em comum a crítica aos pressupostos da psicologia social tradicional, desenvolveram-se e vêm sendo designados de psicologia social crítica ou pós-modernas (Álvaro e Garrido, 2007). Por fim, as últimas décadas assistiram à internacionalização da psicologia social e à conseqüente produção de um conhecimento psicossocial cada vez mais expressivo na Europa e na América Latina.

A psicologia social contemporânea pode ser assim considerada uma disciplina plural que convive com várias tendências.

Nesse sentido, DeLamater (2003) enfatiza que a psicologia social consiste hoje em um campo que se situa na interface da psicologia e da sociologia, buscando compreender a natureza e as causas do comportamento social humano, partindo do pressuposto de que o contexto intraindividual e o social interagem mutuamente, influenciando e sendo influenciado pelo comportamento individual. Orientados por tal perspectiva, os manuais de psicologia social mais recentes têm procurado contemplar as várias vertentes nas quais a disciplina atualmente se desdobra, na tentativa de contribuir para a construção de um conhecimento psicossocial de natureza científica e capaz de ser aplicado à realidade social dos novos tempos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD, R.N. *The authoritarian personality*. New York: Harper, 1950.
- AGUILAR, M.A.; REID, A. (orgs.). *Tratado de psicologia social: perspectivas socioculturales*. Barcelona: Anthropos, 2007.
- ÁLVARO, J.L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.
- ALLPORT, G.W. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. (org.). *Handbook of social psychology*. Reading, M.A.: Addison-Wesley, 1954.
- ALLPORT, G.W. The historical background of social psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (orgs.). *Handbook of social psychology*. 2.ed. Reading, M.A.: Addison-Wesley, 1968.
- ALLPORT, G.W. The historical background of social psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (orgs.). *Handbook of social psychology*. 3.ed. New York: Random House, 1985.
- APFELBAUM, E. Some teachings from the history of social psychology. *Canadian Psychology*, v. 33, p. 529-539, 1992.
- ASCH, S. Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 41, p. 258-290, 1946.
- ASCH, S. *Social psychology*. New York: Prentice Hall, 1952.

- BLUMER, H. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.
- BOEREE, C.G. *History of psychology, part three: the 1800's*. 2006a. Disponível em: <<http://www.ship.edu/%7Ecgboeree/histoyofpsych.html>>. Acesso em: 25 ago. 2007.
- BOEREE, C.G. *History of psychology, part four: the 1900's*. 2006b. Disponível em: <<http://www.ship.edu/%7Ecgboeree/histoyofpsych.html>>. Acesso em: 25 ago. 2007.
- BOMFIM, E.M. Contribuições para a história da psicologia no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A.M.; ROCHA, M.L.; MANCEBO, D. (orgs.). *Psicologia social: eelatos na América Latina*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- CAMPOS, R.H.F.; GUARESCHI, P.A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CORDERO, T.; DOBLES, I.; PÉREZ, R. *Dominación social y subjetividad: contribuciones de la psicología social*. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1996.
- DELAMATER, J. *Handbook of social psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003.
- FARR, R.M. *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FESTINGER, L. A theory of social comparison processes. *Human Relations*, v. 7, p. 117-140, 1954.
- FESTINGER, L. *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.
- FISKE, S.T.; TAYLOR, S.E. *Social cognition*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1984.
- GERGEN, K. Social psychology as social construction. In: MCGARTY, C.; HASLAM, A.A. (orgs.). *The message of social psychology*. London: Blackwell Publishers, 1997.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAUMANN, C.F. Introduction to the history of social psychology. In: HEWSTONE, M.; STROEBE, W.; STEPHENSON, G.M. (orgs.). *Introduction to social psychology*. 2.ed. London: Blackwell Publishers, 1996.
- HEIDER, F. Social perception and phenomenal causality. *Psychological Review*, v. 51, p. 358-374, 1944.
- HEIDER, F. Attitudes and cognitive organization. *Journal of Psychology*, v. 21, p. 107-112, 1946.
- HEIDER, F. *The psychology of interpersonal relations*. New York: John Wiley & Sons, 1958.
- HOUSE, J.S. The three faces of social psychology. *Sociometry*, v. 40, p. 161-177, 1977.
- HOVLAND, C.I.; JANIS, I.L.; KELLEY, H.H. *Communication and persuasion*. New Haven: Yale University Press, 1953.
- JACKSON, J.M. *Social psychology, past and present: an integrative orientation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- JACQUES, M.G.C.; STREY, M.N.; BERNARDES, N.M.G.; GUARESCHI, P.A.; CARLOS, S.A.; FONSECA, T.M.G. *Psicologia social contemporânea*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JAHODA, G. *A history of social psychology: from the eighteenth-century enlightenment to the Second World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- JONES, E.E. History of social psychology. In: KIMBLE, G.A.; SCHLESINGER, K. (orgs.). *Topics in the history of psychology*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1985.
- JONES, E.E.; DAVIS, K.E. From acts to dispositions: the attribution process in person perception. In: BERKOWITZ, L. (orgs.). *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, 1965.
- KARPF, F.B. *American social psychology: its origins, development, and european background*. New York: McGraw-Hill, 1932.
- KELLEY, H. Attribution theory in social psychology. In: LEVINE, D. (orgs.). *Nebraska symposium on motivation*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1967.
- KUHN, M. Major trends in symbolic interaction theory in the past twenty years. *The Sociological Quarterly*, v. 5, p. 61-84, 1964.
- LANE, S.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LANE, S.; SAWAIA, B. *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEWIN, K. Defining the "field at a given time". *Psychological Review*, v. 50, p. 292-310, 1943.
- LEWIN, K.; LIPPITT, R.; WHITE, R.K. Patterns of aggressive behavior in experimentally created "social climates". *Journal of Social Psychology*, v. 10, p. 271-299, 1939.
- MANCEBO, D.; JACÓ-VILELA, A.M. *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder: Psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 1989.

- MCGARTY, C.; HASLAM, S.A. Introduction and a short history of social psychology. In: MCGARTY, C.; HASLAM, A.A. (orgs.). *The message of social psychology*. London: Blackwell Publishers, 1997.
- McGUIRE, W.J. The nature of attitudes and attitude change. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (orgs.). *Handbook of social psychology*. 2.ed. Reading, MA: Addison-Wesley, 1968.
- MELO NETO, G.A.R. A psicologia social nos tempos de S. Freud. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 16, p. 145-152, 2000.
- MILGRAM, S. Liberating effects of group pressure. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 1, p. 127-134, 1965.
- MONTERO, M. *Acción y discurso: problemas de la psicología política*. Caracas: Eduven, 1991.
- MOSCOVICI, S.A. *Social influence and social change*. London: Academic Press, 1976.
- MOSCOVICI, S.A. On social representations. In: FORGAS, J.P. (orgs.). *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press, 1981.
- MOSCOVICI, S.A.; MARKOVÁ, I. *The making of modern social psychology: the hidden story of how an international social science was created*. Cambridge: Polity, 2006.
- PEPITONE, A. Lessons from the history of social psychology. *American Psychologist*, v. 36, p. 972-985, 1981.
- PEPITONE, A. Culture and the cognitive paradigm in social psychology. *Australian Journal of Psychology*, v. 38, p. 245-256, 1986.
- POTTER, J; WETHERELL, M. *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behavior*. London: Sage, 1987.
- RODRIGUES, A. *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. *Psicologia social*. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ROSS, L. The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process. In: BERKOWITZ, L. (orgs.). *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, 1977.
- SCHACHTER, S. *The psychology of affiliation*. Stanford: Stanford University Press, 1959.
- SHERIFF, M. *The psychology of social norms*. New York: Harper, 1936.
- SMITH, M.B. Recent developments in the field of social psychology. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 338, p. 137-143, 1961.
- SPINK, M.J.; SPINK, P. A psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.
- STEPHAN, C.W.; STEPHAN, W.G. *Two social psychologies: an integrative approach*. Homewood, I.L.: The Dorsey Press, 1985.
- STRYKER. *Symbolic interactionism: a social structural approach*. Menlo Park, CA: Benjamin/Cummings, 1980.
- TAJFEL, H. *Human groups and social categories: studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- VALA, J.; MONTEIRO, B. *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- WEINER, B. *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Springer-Verlag: 1986.